

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO
PORTUGUÊS ANGOLANO:
UMA COMPARAÇÃO COM O PORTUGUÊS DO BRASIL

Eliana Sandra Pitombo Teixeira
Universidade Estadual de Feira de Santana
liapitombo@gmail.com

Norma Lúcia Fernandes Almeida
Universidade Estadual de Feira de Santana
norma.uefs@gmail.com

Abstract: This article discusses strategies regarding the use of indeterminate subject in the Portuguese language spoken in Angola. We compare the Angolan Portuguese spoken today with the language used by Brazilians in the second half of the nineteenth century. Our discussion is based on the assumption that Brazilian sociopolitical conditions in that period were very similar to those of modern-day Angola. Political independence in Brazil began just a few decades before the period referred to, and the same is true of Angola today. In both varieties, for each period, we observe a great similarity between the variety and European Portuguese, although this is not true in the case of the vernacular norm. The empirical basis for this study comes from a sociolinguistic analysis of this aspect of the grammar, based on a corpus comprised of an Angolan native speaker of Portuguese and speakers of Portuguese as a second language. Cavalcante's diachronic study (1999) has furnished the data for Brazilian Portuguese. Despite being an analysis of written language, we have used these data as an attempt to catch a glimpse of 19th century Brazilian grammar.

Keywords: Brazilian Portuguese, Angolan Portuguese, language contact, indeterminate subject.

Introdução

Os estudos históricos sobre o português brasileiro (PB) têm sido tradicionalmente pautados na comparação deste com o português europeu (PE). Apenas muito recentemente, os linguistas brasileiros têm-se ocupado em estudar as variedades do português das outras ex-colônias portuguesas.

Sabe-se que no português europeu a indeterminação do sujeito é expressa preferencialmente pelo clítico *se*. No Brasil, diversas são as formas de indeterminar o sujeito: ausência de qualquer marca fonética (Galves, 2001), diversas formas pronominais, – sendo *você* a forma preferida – como também o *se*, a estratégia menos usada na língua falada, como atestado por Duarte (2007). A autora atribui essas diferenças à perda do sujeito nulo e dos clíticos no PB.

Em estudo realizado por Teixeira (2008), constatou-se o uso do pronome *você* no tratamento íntimo ou universal por falantes angolanos de faixas etárias distintas e níveis de escolaridade diversos. No entanto, observou-se uma frequência maior desse uso por falantes nativos de línguas nacionais como também entre os menos escolarizados, portanto, usuários da norma popular. Em Angola, na norma culta, a mesma do português europeu, esse pronome – como afirmou um jovem letrado – é usado no tratamento de pessoas em que “não se tem ou a quem não se quer dar confiança”, mesmo assim, o uso de tal pronome é freqüente na norma coloquial de muitos universitários falantes nativos do português. Portanto, pressupunha-se que o pronome *você* fosse também usado como uma das formas de indeterminação do sujeito.

No presente estudo, com base na Teoria da Variação e Mudança (Labov, 1972), verificamos que há, assim como no Brasil, um amplo leque de formas de indeterminação do sujeito no português angolano, e que, na norma vernacular, há uma preferência pelo uso de *você*. Isso parece comprovar a nossa hipótese de que o PA atual está passando por processos de mudança pelos quais passou o PB no século XIX (cf Galves, 2008 e Teixeira, 2008).

Compomos uma amostra com 11 informantes analfabetos ou com até cinco anos de escolarização e 9 informantes de nível universitário concluído ou em curso. Estabelecemos como grupos de fatores extralinguísticos: gênero/sexo, faixa etária (faixa 1- de 20 a 32 anos, faixa 2- de 33 a 49, e faixa 3- acima de 49 anos) e língua nativa do informante (português e línguas nacionais), e como fatores linguísticos a presença ou ausência do pronome; discurso diretivo *versus* não-diretivo e estrutura do predicado (simples/complexa).

Este trabalho está assim organizado: na seção 1, apresentamos as hipóteses sobre as origens do português popular do Brasil, dando ênfase à proposta de Baxter e Lucchesi (1993), Lucchesi (2003) e Lucchesi e Baxter (2009); na seção 2, fazemos um breve relato da questão linguística em Lu-

anda, do primeiro terço do século XIX aos dias atuais; na seção 3, apresentamos os resultados e a discussão e por fim, na seção 4, as considerações finais.

1. A questão do contato: controvérsias

O contato entre línguas tem, historicamente, levado à formação de novas variedades linguísticas. Foi assim com as línguas românicas, originadas do contato entre o latim e os idiomas dos grupos dominados e foi assim também, talvez em menor escala, com as línguas européias trazidas para o Novo Mundo e com essas mesmas línguas levadas para a África no período das grandes navegações.

No que se refere à formação do PB, especificamente do Português Popular Brasileiro (PPB), há hipóteses sobre a sua formação, algumas levando em consideração a história de contatos, outras não. Naro e Scherre (1993: 451), por exemplo, dizem que o PPB surgiu de uma “confluência de motivos”, tendo como modelo geral de desenvolvimento mudanças linguísticas que já estavam prefiguradas em uma deriva secular, sendo que no Brasil “esse vetor se encontrou com outras forças que ora a reforçava na direção original, ora o desviavam dessa direção”.

Tarallo (1993) não concordava com a idéia de uma criouliização prévia do PB. O autor mostra que no século XIX já havia a emergência de uma gramática brasileira, no entanto, diferentemente do que ocorre nos casos clássicos de descriouliização, o PB estaria se afastando mais ainda do PE.

Outro grupo de pesquisadores que estudam o PB remonta a sua origem a um crioulo ou semicrioulo que teria se formado principalmente nas áreas rurais (cf. Mendonça (1973), Guy (1981), Baxter e Lucchesi (1993), entre outros). Serafim da Silva Neto (1986)¹, por exemplo, mesmo negando a formação de um crioulo, diz haver, no período de formação do PB, uma distinção entre a língua usada na costa e a usada no interior. A da costa era a língua “bem” falada, porque nesses locais eram estabelecidos os órgãos da administração, enquanto que nos longínquos interiores se falava um português cheio de alterações. Neste sentido, diversos estudos vêm, ao longo de alguns anos, buscando entender o papel que tiveram as línguas indígenas e africanas para essa formação. Mesmo para aqueles que não concordam com o surgimento de um crioulo ou semicrioulo, mas consideram o contato como fator preponderante para a história do PB, o entendimento de como se deu o

¹ Serafim da Silva Neto não acreditava que esses crioulos ou semicrioulos tenham influenciado de uma forma mais marcante a formação do português brasileiro.

processo de aquisição do português como L2 por indígenas e africanos, principalmente africanos², é crucial para a explicação dos processos de mudança que deram origem a atual gramática dessa língua. Essa questão tem, inclusive, levado pesquisadores a compararem o PB com o português africano, notadamente o português angolano, por levarem em consideração a história de transmissão linguística irregular que permeia a formação dessas duas variedades da língua portuguesa.

Para Lucchesi (2003) e Lucchesi e Baxter (2009), a transmissão linguística irregular deriva de um processo histórico de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferentes que os levam a adquirir a língua de superestrato em condições bastante adversas. As variedades do português adquiridas por escravos africanos trazidos para o Brasil e por africanos em Angola provavelmente sofreram os efeitos desse processo.

Um dos níveis da gramática mais atingidos em situações de transmissão linguística irregular é o morfológico. Diversos trabalhos sobre a variedade brasileira do português (Galves, 1993; Duarte, 1993; Tarallo, 1993, entre outros) relacionam mudanças ocorridas nessa língua à grande redução morfológica, como exemplo, a diminuição do sujeito nulo.

Interessante citar que o PA ainda apresenta índices altos de concordância verbal na P4 e na P6 (cf. Araújo, 2010) ao mesmo tempo em que apresenta preferência pelo sujeito nulo, apesar de já existir variação entre nulos e plenos³, notadamente nos falantes do português como L2 (Soeira, 2010), os mesmos que mais se utilizam da forma *você*.

Duarte (1993) apresenta, em sua pesquisa⁴, uma relação entre preenchimento do sujeito e redução morfológica no PB, já que ao longo desse período a variedade culta passou a apresentar um paradigma verbal com apenas três desinências distintas ao invés de seis, a partir da entrada do *você* e do *a gente*, como formas de expressão da segunda pessoa e da primeira do plural, e mostra o aumento do uso do sujeito pleno em detrimento do nulo.

A questão do aumento do sujeito pleno e da entrada de *você* (*s*) e *a gente* no paradigma pronominal do PB irá se refletir na questão do uso de formas para indeterminação do sujeito. Processo parecido vem ocorrendo com o português falado em Angola. Teixeira (2008) constatou o uso do pronome *você* no tratamento íntimo ou universal por falantes angolanos de dife-

² Mattos e Silva (2001) acredita que os grandes difusores do PB foram os africanos e seus descendentes.

³ Almeida e Carneiro (2009), estudando o sujeito nulo na escrita de africanos que viviam na Bahia oitocentista, encontram altos índices de nulos na primeira e na terceira pessoa, situação parecida com a de Angola atual.

⁴ A pesquisa de Duarte abrangeu o período que vai até de 1845 até 1992.

rentes faixas etárias e níveis de escolaridade, principalmente entre os falantes nativos das línguas nacionais, usuários da norma popular. Esses mesmos usuários já utilizam o *você* para indeterminar o sujeito, fato que pode estar demonstrando o encaixamento estrutural da mudança.

2. O português em Luanda

Apesar de o território onde hoje fica Angola ter sido ocupado pelos portugueses em 1575, durante séculos, Angola foi para eles apenas uma feitoria, um simples ponto de apoio para a guarda e embarque das “peças”. Existia apenas em função do Brasil, a colônia portuguesa mais promissora, abastecida pelos escravos africanos. Até a independência do Brasil, Angola era mais uma colônia do Brasil do que de Portugal. Foi só nesse momento que os portugueses, preocupados com o desejo da elite luso-africana de anexar Angola ao Brasil, trataram de enviar para lá tropas portuguesas no sentido de assegurar a sua posse e expandir os seus domínios. No ano seguinte ao da independência do Brasil, havia 1275 brancos em Luanda. A partir daí, a segregação racial se intensificou. Os negros passaram a residir nos musseques (favelas), na periferia, enquanto a classe dominante ocupava o centro da cidade. Assim, apesar do crescimento da população branca, não houve terreno propício para a difusão da língua portuguesa (Pepetela, 1990).

A hostilidade dos angolanos levou os portugueses a criar um grupo de apoio, os chamados assimilados. Aos filhos destes, era dado o direito de frequentar a escola – cujo ensino não era gratuito nem obrigatório – e à nacionalidade portuguesa. O domínio da língua portuguesa e a assimilação de hábitos da cultura europeia era condição *sine qua non* para galgar um cargo administrativo ou qualquer outra função no governo. Consequentemente, ‘os indígenas’ foram cada vez mais afastados da vida da comunidade, na medida em que o próprio governo não oferecia condições para a sua inclusão social. Assim, a situação linguística refletia a divisão social: a maioria da população falava kimbundo; os assimilados eram bilíngues, e só a uma parcela mínima da população, representada por portugueses, falava unicamente o português.

Nos anos 25/30 do século passado, os filhos dos assimilados adquirem o português como L1. Daí em diante, vai crescendo o número de angolanos falantes nativos do português. Às vésperas da independência, após décadas de luta patrocinada por parte dos assimilados como também por alguns descendentes de portugueses, a situação linguística de Luanda muda consideravelmente: a maior parte de população é bilíngue (português/kimbundo), uma parte considerável é monolíngue (português) e menor parte é monolíngue (kimbundo) (Mingas, 2000). Com a guerra civil, que eclodiu logo após a independência, muitos provincianos, falantes nativos das diversas

línguas nacionais, refugiaram-se em Luanda, em busca de segurança e oportunidades de trabalho, e, assim, tiveram de aprender a língua portuguesa para sobreviver na cidade, tanto que hoje é difícil lá encontrar um falante monolíngue de qualquer das línguas nacionais em meio aos seus 5 milhões de habitantes.

3. Resultados e discussão

Apresentamos, aqui, as formas pronominais de indeterminação do sujeito, incluindo a expressão *a gente* que no Brasil de hoje, pelo menos no estilo informal (seja oral ou escrito) ganhou *status* pronominal, e já supera em frequência o pronome *nós* (Lopes, 1999). Dessa forma, as formas (nulas e plenas) consideradas na análise são as seguintes: *nós*, *você*, *tu*, *eles*, *a gente* e o clítico *se*. Os resultados dessa primeira rodada podem ser conferidos na tabela 1, abaixo.

Variantes Variáveis	P6 Apl./%	Nós Apl./%	Você Apl./%	Se Apl./%	Tu Apl./%	A gente Apl./%	Total
Ling. nativa							
Português	31/14	109/49	16/7	37/16	28/12	—	221
Língua nac.	31/20	36/23	39/25	29/18	7/4	13/8	155
Nível de esc.							
Nulo/ baixo	34/18	55/30	46/25	25/12	13/7	8/4	181
Superior	28/14	90/46	9/4	41/21	22/11	5/2	195
Faixa etária							
1	10/8	62/50	18/14	19/15	6/4	9/7	124
2	27/23	56/28	27/13	38/19	28/14	3/1	199
3	5/3	27/50	10/18	9/16	1/1	1/1	53
Gênero							
Masculino	19/12	71/45	23/14	28/17	6/3	9/4	156
Feminino		74/33	38/17	38/17	29/17	4/1	220
Total	62/ 16	145/38	55/14	66/17	35/9	13/3	376

Tabela 1 – Formas de indeterminação do sujeito no PA em relação aos grupos de fatores estabelecidos.

Observa-se que a forma preferida de indeterminar o sujeito é o *nós* (38%), seguido de *se* (17%) e da P6 (16%) e logo depois, o *você* (14%). *Você* parece estar concorrendo com *se*, já que a P6 tem a especificidade de não incluir o falante.

Os resultados mostram que o uso do *você* marca caracteristicamente a norma popular. Como a maior frequência apresenta-se nos falantes da faixa

2, não se configura uma mudança em curso. Nos falantes mais jovens, *você* e *se* apresentam a mesma frequência de uso. O *tu* aparece muito pouco, enquanto que *a gente* parece ser uma forma inovadora na comunidade: usado basicamente por jovens, falantes nativos de línguas nacionais, mas sem distinção de sexo e de nível de escolarização. As ocorrências abaixo ilustram as estratégias utilizadas.⁵

- (1) *Anteriormente nós criamos e metemos na escola.* (M 3 A LN).
- (2) *Eu penso que neste momento, nota-se um crescimento muito grande da mulher a nível educacional, nas universidades e em todos os níveis.* (F 3 S LP).
- (3) *Sim, já dispararam contra mim só que prontos, o fator sorte permaneceu.* (M 2 S LP).
- (4) *Quando você não está presente, o grupo recolhe os fascículos, passa a informação e você não pode reclamar.* (F 2 S LN).
- (5) *Ferves a couve primeiro, despejas a água e metes a ginguba, côas a água.* (F 2 S LP).
- (6) *(...) ainda que a gente fala o português, a nossa língua que nos nasceram com eles é a que a gente mais aprendemos.* (M 1 A LN).

Ao cruzarmos os grupos de fatores nível de escolaridade e língua nativa observamos que, entre os falantes de línguas nacionais, os analfabetos usam *você* com maior frequência (30%), enquanto os que têm nível superior apenas 12% utilizam essa forma para indeterminar o sujeito. O mesmo ocorre com os falantes nativos do português: os analfabetos usam mais *você* (19%) do que os de nível superior (3%). O *nós* é usado por 19% dos falantes analfabetos do português como segunda língua, e 33% daqueles de nível superior. Vê-se, pois, o imbricamento dessas duas variáveis. Essa é mais uma evidência a favor da hipótese de transmissão linguística irregular e do papel da escola na aquisição da norma culta.

Vejamos agora os resultados encontrados por Cavalcante (1999), com base em editoriais, matérias assinadas e crônicas de jornais cariocas do século XIX. Utilizamos os dados do período que vai de 1848 a 1869. O gráfico 1, abaixo, apresenta os percentuais.

⁵ Os significados dos símbolos que identificam os informantes são: F: feminino/M: masculino- 1: faixa 1(20-32)/2: faixa 2 (33-49)/3: faixa 3 (acima de 49) – A: analfabeto/ S: superior – LP: falante nativo da língua portuguesa/ LN: falante nativo de língua nacional.

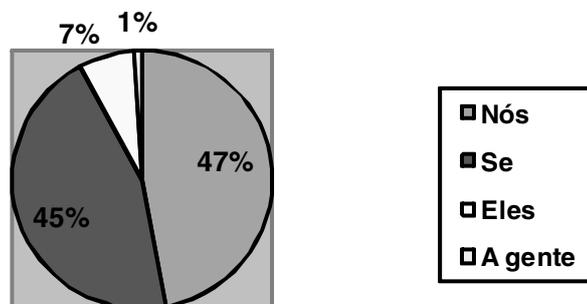


Gráfico 1: Resultados de indeterminação do sujeito no PB, período: 1848 a 1869. Adaptado de Cavalcante (1999).

Os resultados de Cavalcante (1999) mostram que a forma *nós* é a estratégia mais usada para indeterminar o sujeito (47%), seguida do *se* (45%) e da P6 (7%), dados bastante parecidos com o que encontramos no PA atual, principalmente no que se refere as três estratégias mais usadas. Como se trata, naturalmente, de um *corpus* de língua escrita, em que há uma maior preocupação em seguir a norma prestigiada, as comparações com dados de língua oral devem ser realizadas com cautela. No entanto, como não há amostras de língua falada do período, utilizamos os dados como forma de tentar entrever indícios da gramática do século XIX e compará-la a do PA atual. Assume-se, aqui, que a gramática angolana atual está no início de um processo de mudança, do mesmo modo que o PB esteve nos meados do século passado. Tal assunção fundamenta-se no fato de que, em ambos os casos, a presença do português europeu ainda era/é muito forte.

Atualmente, após as mudanças que se verificaram no PB a partir do final do século XIX, o quadro das formas de indeterminação apresenta-se bem diferente. Duarte (2007), ao comparar o uso do sujeito indeterminado no PE e no PB falado, mostra que o clítico *se* é a estratégia preferida no PE (38%), enquanto no PB a forma mais usada é o pronome *você* (45%). O *se* no PB é a estratégia que apresenta uma das frequências mais baixas (8%), à frente apenas de *nós* (2%). A autora observa que nunca se verifica no PE a ausência do *se*, e conclui a sua análise afirmando que “dois aspectos distinguem o PE do PB no que se refere à indeterminação: “a ausência da estratégia com *zero* no PE e a baixíssima ocorrência do *se* no PB” (p. 17). Já no PA, analisado neste estudo, observa-se que o *se* é frequentemente omitido.

Procedemos a uma segunda rodada com o objetivo de comparar a forma mais usada – *nós* – ao pronome *você*. Além desse propósito, buscamos também confirmar esses resultados através da apresentação dos pesos relativos e a significância de cada fator. Confira a tabela 2 abaixo.

Variantes Variáveis	Você			Nós		Significância
	Apl/N	%	PR	Apl/N	%	
Nível de escolaridade						
Analfabeto	47/99	47	.74	52/99	52	.000
Superior	9/95	9	.23	86/95	90	
Língua nativa						.000
Línguas nacionais	37/69	53	.72	32/69	46	
Português	19/125	15	.36	106/125	84	
Faixa etária						
1	19/78	24	.37	59/78	75	.012
2	27/79	34	.67	52/79	65	
3	10/37	27	.37	27/37	72	

Tabela 2: Número, percentagem e peso relativo dos fatores condicionadores do uso do *você* em relação a *nós*.

Com os resultados mostrados na tabela 2 acima, voltamos a colocar a tese de que o pronome *você* foi inicialmente usado por falantes de língua nacionais que, excluídos da sociedade, eram na sua maioria analfabetos, o que constitui uma evidência para a hipótese de transmissão linguística irregular (Lucchesi, 2003). Ora, a população nativa de Angola (Luanda) constituía-se do povo dominado e, portanto, era tratada por *você*, um pronome de distância em Portugal. Foi esse, pois, o modelo de tratamento a que ela teve acesso (Teixeira, 2008). Amplamente usado como forma de tratamento, foi aplicado também para indeterminar o sujeito, o que evidencia uma mudança em cadeia, na medida em que atinge outros fenômenos gramaticais relacionados. Há evidência de que esta também era a forma pronominal de segunda pessoa em língua de preto [vu'se] como o *é* em caboverdiano, sing. [bo] ~ [bu]; plural [bo'sez].

Procedemos a uma terceira rodada, dessa vez, tomando como variante dependente a presença/ausência do pronome. Com esse procedimento, buscamos confirmar os efeitos da introdução do *você* no sistema, já assinalados por vários estudiosos (Galves, 1993, Duarte, 1993, Kato, 1994, entre outros). Nessa rodada, além dos fatores externos já considerados, introduzimos os fatores internos: tipo do discurso (diretivo/não-diretivo) e estrutura do núcleo do predicado (simples/complexa).

Em relação ao *se*, constatamos que no discurso diretivo há maior probabilidade de apagá-lo, ocorrendo em 61% das sentenças, principalmente nos casos em que há orações coordenadas, pois nesse contexto, no geral, há a categoria plena na primeira menção e vazia nas seguintes. A seguir estão exemplos que ilustram esses contextos.

(7) *Depois de por o óleo de palma, mete no fogo uns trinta minutos.* (F 1 A LN).

(8) *Há várias formas de se, se fazer um refogado (...) assim põe tomate à parte.* (F 2 S LP).

O grupo social que mais realiza o apagamento do *se* é o dos falantes das línguas nacionais (56%). Os falantes do português também realizam esse apagamento em 29% das ocorrências. Esses percentuais demonstram um afastamento do PE, pois, segundo Duarte (2007), não há estratégia zero nessa variedade. Outro fato que começa a aparecer no PA, aproximando-o do PB e distanciando-o do PE, é a utilização de pronomes plenos para indeterminar o sujeito, como já apontado anteriormente. A tabela 3 ilustra em percentuais essa variação.

Variantes	Você		Nós		Eles		Tu		A gente		Total	
	N/	%	N/	%	N/	%	N/	%	N	%	N/	%
Suj. nulo	6/	56 10	75/145	51	51/62	82	24/35	68	0/14	-	156/312	50

Tabela 3: Número e percentagem de sujeitos nulos em relação à forma pronominal

Em relação aos pronomes sujeitos, há, na P2 (*tu*), na P4 (*nós*) e na P6, uma preferência pelo uso da categoria vazia, visto as marcas morfológicas distintivas presentes na variedade angolana (Araújo, 2010). No entanto, há uma variação grande no que diz respeito a P4, havendo um equilíbrio entre formas nulas e plenas, já que a categoria vazia ocorre em apenas 51% das sentenças analisadas. O *você*, como já era de se esperar, está expresso em 89% das ocorrências, só sendo 'apagado' em 10% dos casos. O *a gente*, apesar de pouco usado, ocorre sempre em sua forma plena. Neste sentido, o PA se aproxima muito do PB, pois nessa variedade o *você* e o *a gente*, tanto indeterminado quanto definido, aparecem quase sempre plenos.

Outro fator testado com relação ao uso de pronomes nulos e plenos para indeterminar o sujeito foi a estrutura do predicado. Nas ocorrências (9) e (10) abaixo aparecem exemplos dessas estruturas.

(9) *O que tá difícil é quando o dinheiro não chega, que só podemos entregar na escola.* (M 3 A LN).

(10) *Dentro do Cumbe, nós falávamos muitos idiomas, muitos dialetos.* (F 1 S LP).

Quando se trata de um predicado com estrutura simples a preferência é pelo sujeito exposto (55% das ocorrências) e, no caso de estruturas complexas, a preferência é pelo sujeito nulo, 55%, aparecendo exposto em 45% dos casos.

4. Palavras finais

No decorrer desse artigo, procuramos apresentar evidências que mostrassem que o PA está passando por processos de mudanças semelhantes aos ocorridos no PB no século XIX. Para tanto, dados do PA atual foram comparados aos resultados encontrados por Cavalcante (1999) para o século XIX, e com os resultados de Duarte (2007) que analisa PE e PB. Embora as amostras utilizadas para comparação com o PA não sejam completamente ‘equivalentes’, podemos fazer algumas considerações à guisa de conclusão:

- as formas *se* e *nós* são as estratégias preferidas no PB do século XIX e no PA atual. No entanto, no PA ocorre a forma zero, o que o aproxima do PB contemporâneo e o distancia do PB do século XIX e do PE atual;

- o *você*, largamente utilizado no PB atual, começa a aparecer no PA na fala de jovens pouco escolarizados, falantes das línguas nacionais, na maioria das vezes em sua forma plena, o que demonstra maior afastamento do PE e transição de “baixo para cima”.

Assim, podemos dizer que, ao que parece, a entrada do *você* e do *a gente* no português angolano está levando a um preenchimento da posição de sujeito e ao uso dos mesmos como estratégia de indeterminação do sujeito.

Referências

Almeida, Norma Lucia F. de & Carneiro, Zenaide de O. N. 2009. O sujeito. In.: Oliveira, Klebson & Lobo, Tânia (org). *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. 70-89. Salvador: EDUFBA.

Araújo, Silvana Silva de Farias. 2010. O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco. In: 13º COLÓQUIO DA LUSOFONIA E 5º ENCONTRO AÇORIANO, Florianópolis. *Atas*. Florianópolis, 2010. (no prelo).

- Baxter, Alan & Lucchesi, Dante. 1993. Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro. *Papia* 2:59-71.
- Cavalcante, Silvia Regina. 1999. A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- Duarte, Maria Eugênia L. 2007. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. *Revista Linguística – Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística*. Vol. 3, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 89-115.
- Duarte, Maria Eugênia L. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: Roberts, Ian & Kato, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Duarte, Maria Eugênia L. & Kato, Mary & Barbosa, Pilar. 2001. *Sujeitos indeterminados no PE e no PB*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza.
- Galves, Charlotte. 2001. *Ensaio sobre gramáticas do português*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- Galves, Charlotte M. C. 1993. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In.: Roberts, Ian & Kato, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, 1993.
- Galves, Charlotte M. C. O papel das línguas africanas na formação do português brasileiro: (mais) pistas para uma nova agenda de pesquisa. Gragoatá (UFF), v. 24, p. 145-164, 2008.
- Guy, G. 1981. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In.: *Estudios sobre Espanol de América y Lingüística Afroamericana*, Bogotá, 1989, pp. 226-244.
- Kato, Mary. A. 1994. *Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança linguística*. Congresso Internacional sobre o português. Lisboa, mimeo.
- Labov, W. 1972. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Lopes, Célia. 1999. A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro.
- Lucchesi, Dante. 2003. O conceito de transmissão lingüística irregular. In.: Roncaratti, Cláudia & Abraçado, Jussara (org). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7letras/FAPERJ.
- Lucchesi, Dante, & Baxter, Alan. 2009. A transmissão lingüística irregular. In: Lucchesi, Dante & Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza. *O português afro-brasileiro*. 101-121. Salvador: EDUFBA/FAPESB.
- Mendonça, Renato. 1973 (4ª ed). *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.

- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2001. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: Matos e Silva, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos, tomo II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP:FAPESP, pag. 275-302.
- Mingas, Amélia Arlete. 2000. *Interferência do kimbundo no português falado em Lwanda*. Luanda: Caxinde.
- Naro, Anthony Julius & Maria Marta Pereira Scherre 1993. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*. São Paulo, Educ., 9. Págs. 437-454.
- Pepetela. *Luandando*. 1990. Luanda: Elf Aquitaine Angola, 1990.
- Pessoa de Castro, Yeda. 2001. *Falares africanos na Bahia*: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: topbooks editora e distribuidora de livros.
- Silva Neto, Serafim. 1950 (5ª ed. 1986). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.
- Soeira, Josiane Paixão. 2010. Investigando as raízes do português popular brasileiro: análise do sujeito pronominal no português popular de Luanda. Monografia (Especialização em Estudos Linguísticos) – Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Tarallo, Fernando. 1993. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In.: Roberts, Ian & Kato Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP. Editora da UNICAMP.
- Teixeira, Eliana Pitombo. 2008. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA-Hernandes, Maria Célia et al. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP.